

CONCÍLIO VATICANO II: sonho e realidade de um *aggiornamento*

Naquele dia 25 de janeiro de 1959 – Festa da Conversão de Paulo – João XXIII anunciou a convocação de Concílio Ecumênico para a Igreja e um Sínodo para a cidade de Roma. Com pouco tempo de pontificado, o novo papa surpreendia a Cúria e o mundo. Pedia mudança, atualização: que as janelas da Igreja fossem abertas para dialogar com o mundo moderno e receber um sopro renovador do Espírito. No Natal de 1961, na Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, o papa Roncalli expressava sua percepção dos “sinais dos tempos”, indicando “sólida esperança de tempos melhores para a Igreja e a Humanidade” (n. 4).

Passados mais de 50 anos de sua abertura, em 11 de outubro de 1962, o Concílio Vaticano II continua despertando muita reflexão e análise, movimentando o espaço de interpretação de seus documentos e de seu alcance. Para muitos o sonho de renovação, de *aggiornamento* conciliar continua, pois não se alcançou ainda, na realidade eclesial, a largueza, o comprimento, a altura e a profundidade de suas expressões. Outros, pelo contrário, querem restringir e fechar sua interpretação. Assim, a história é construída.

INTERAÇÕES – Cultura e Comunidade participa desse debate, oferecendo suas páginas para essa importante discussão no dossiê “Concílio Vaticano II: recuos e perspectivas”. São seis artigos que tratam de aspectos históricos, avaliativos, análise de alguns documentos e de personagens, além de implicações do Concílio para fora do espaço católico.

Antônio Alves de Melo é o autor do primeiro artigo do dossiê: “O Vaticano II: origens, avanços e perspectivas. O texto apresenta, inicialmente, o conceito de Concílio Ecumênico, em perspectiva teológica, trazendo também informações históricas. A seguir, expõe o Vaticano II, situando-o no horizonte da vida da Igreja, incluindo os antecedentes imediatos, a convocação, preparação, embates, características do concílio e dificuldades do pós-concílio. Por fim, apresenta as quatro constituições conciliares: 1) “*Sacrosanctum Concilium*” - Constituição sobre a Liturgia; 2) “*Lumen Gentium*” - Constituição

Dogmática sobre a Igreja: 3) “*Dei Verbum*” - Constituição Dogmática sobre a Palavra; 4) “*Gaudium et Spes*” - Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo. Em cada uma destaca alguns de seus pontos fundamentais, bem como as perspectivas abertas por elas e até agora assumidas ou não pela Igreja.

O segundo artigo é “*A Dignitatis Humanae* e a liberdade religiosa: descontinuidade no magistério eclesiástico sobre o Estado Moderno”, de Rodrigo Coppe Caldeira. O autor mostra como o Concílio Vaticano II tem provocado, nos últimos tempos, novas interpretações que giram em torno de conceitos como continuidade, descontinuidade e reforma. Um desses importantes intérpretes foi Bento XVI. Coppe Caldeira mostra que Joseph Ratzinger (1982) “dizia que a constituição pastoral *Gaudium et spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje, juntamente aos textos sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis humanae*) e a relação com as diferentes religiões (*Nostra Aetate*), era uma revisão do *Syllabus* de Pio IX, uma espécie de ‘contra-*Syllabus*’.” O objetivo do artigo, a partir dessa visão de Ratzinger, é analisar “possível descontinuidade” entre o documento “*Dignitatis humanae*” e o magistério sobre as relações entre a Igreja e o Estado moderno.

“Dom Hélder, o Vaticano II e os “Sinais dos Tempos”: tradição e modernidade no Concílio” é o título do terceiro artigo, de autoria de André Luiz Caes. Um dos mais significativos personagens da história brasileira e religiosa dos últimos 60 anos foi Dom Hélder Câmara. Participou da criação e atuou em diversas instituições e eventos: “organização de movimentos de leigos católicos antes de 1950, a fundação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1952, a fundação do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) em 1955, a participação ativa no Concílio Vaticano II, a oposição à ditadura militar e a conjugação entre a Teologia da Libertação com a proposta da “não-violência ativa” (inspirada em Gandhi).” Conhecido com o “Dom”, esse bispo nordestino testemunhou sua fé em articulação com a vida, revelando uma importante face da Igreja Católica: “a interpretação dos sinais dos tempos como leitura e motivação da missão do cristianismo na história.”

Na mesma época do Concílio Vaticano II, a expressão protestante do cristianismo brasileiro também se renovava e abria novos horizontes teológicos, tendo lideranças que marcaram suas denominações e a própria tradição cristã. Marcio Gimenes de Paula é autor de “Os antecedentes da Teologia da Libertação entre os protestantes brasileiros: a presença de Richard Shaull no Brasil dos anos 60”. O objetivo do artigo é mostrar as repercussões da Teologia

da Libertação entre os protestantes e “toda uma geração de ministros e leigos”, assim como o penoso processo de repressão com o Golpe Militar de 1964, inclusive com a reação conservadora do próprio protestantismo.

Numa abordagem teológica, o quinto artigo do dossiê discute sobre “A antropologia da imagem de Deus: uma aproximação bíblico-teológica”. Renato Alves de Oliveira apresenta uma temática central da antropologia bíblico-teológica: o ser humano como imagem de Deus. Se Adão foi criado à imagem Deus, na visão do Primeiro Testamento, e é referido permanentemente a Deus, o Cristianismo reinterpreta essa figura cristologicamente. Estabelece-se uma relação entre Cristo, imagem por excelência de Deus, e Adão. Este já estava orientado para Cristo, que também é compreendido como “novo” Adão (1 Cor 15). O autor mostra que a antropologia da imagem de Deus encontra sua realização em Cristo. Passando pela patrística, Oliveira aponta que a teologia medieval “se distanciou da visão bíblica e cristológica, assumindo uma concepção mais trinitária, almificada e racional da imagem de Deus.” Para esse autor, o Concílio Vaticano II supera essa questão, retomando a compreensão bíblico-teológica da imagem de Deus.

Concluindo o dossiê, os autores Cristian José Oliveira Santos e Getson Pereira da Silva apresentam o texto “Pastoreando ovelha ou rebanho? A Figura da Comunidade Cristã à luz do Decreto *Presbyterorum Ordinis*”. O artigo analisa o conceito “poder espiritual” desse Decreto, considerando-o como “possível elemento precursor e configurador de uma pastoralidade fundamentalmente comunitária.”

A seção “Artigos” apresenta três textos com temas que passam pela tradição religiosa da Índia, a relação entre a Bíblia e tradição grega e a filosofia da religião.

Clodomir Barros de Andrade é autor do artigo “A divinização da linguagem (*VĀC*) na Índia Antiga”. O texto apresenta “uma introdução ao conceito de linguagem (*vāc*) na Índia antiga”, destacando aspectos linguísticos, religiosos e culturais. Mostram também a relação “com algumas topografias da realidade posteriores, como aquelas encontradas nos Upanishads.” No primeiro momento, o artigo traz um conjunto de observações gerais acerca da literatura védica mais antiga. Depois, analisa dois hinos védicos que têm como centro a linguagem. A conclusão mostra a repercussão dos textos védicos nas Upanishads.

“Bíblia e tragédia grega: temas comparados” é o artigo de Antonio Geraldo Cantarella. Este segundo artigo da seção apresenta uma análise geral comparativa entre as tragédias gregas e a Bíblia. Há alguns traços “paralelos” entre o imaginário religioso judaico e a cultura helenística. A partir de textos trágicos, o artigo busca articulação com passagens e temas bíblicos, destacando aspectos históricos, jurídicos, rituais, a cosmovisão religiosa e a instituição profética.

Na perspectiva da Filosofia da Religião temos o artigo de Harley Julianno Mantovani: “A compreensão da religião através da tragicidade do verdadeiro em Hegel: uma introdução à existência”. Mantovani discute “de que modo o *trágico*, como *pensamento*, apresenta um monismo como *ontologia anterior* da Vida.” Para o autor, essa *ontologia* “é uma ciência do caminho seguro para a avaliação da necessidade científica do processo dialético através do qual uma filosofia da religião, se quer ser autêntica, deve morrer na Lógica que guarda as condições de uma existência verdadeira sobre o sepulcro vazio de Deus”. O objetivo do texto é “entender como esse vazio, ao mesmo tempo trágico e místico, recupera o sentido como vida e a vida como prática do finito”.

A seção “Debates” oferece um texto que articula eclesiologia e conceitos psicanalíticos: “A Igreja como mãe suficiente boa à luz dos conceitos de Winnicott”. A autora Deborah Meireles Costa Guimarães apresenta a identificação da Igreja, concebida como “comunidade autêntica de fé”, com o conceito de “Mãe suficientemente boa” de Winnicott. Essa aproximação se justifica pelos ensinamentos e a Doutrina Social da Igreja Católica, sua preocupação “em cuidar” do desenvolvimento integral da pessoa humana, sua busca de criar um “ambiente favorável” e integrador.

Na última seção – Resenha – Antônio Alves de Melo apresenta o livro “Um mestre no ofício: Tomás de Aquino”, de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, Coleção “Como Ler Filosofia”, Editora Paulus, 2011. O autor da resenha mostra como o livro de Carlos Arthur assemelha-se a um mapa que nos conduz na penetração da *Suma de teologia*, obra maior do grande mestre. “Por esse motivo, uma leitura verdadeiramente proveitosa de *Um mestre no ofício: Tomás de Aquino* deve ser feita com a *Suma* ao lado para ter a experiência direta da obra de Tomás, sob a guia de quem a conhece profundamente.”

Com este número, INTERAÇÕES – Cultura e Comunidade inicia nova etapa de suas publicações: a revista passará a ter somente a versão online, na plataforma SEER/IBICT – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. A limitação em não publicar mais a versão impressa será superada pela grande

acessibilidade que o sistema eletrônico possibilita. Em tempos de crise ambiental, a natureza também ficará agradecida com essa contribuição ecológica. Contamos com a compreensão de nossos leitores, autores e avaliadores.

Boa leitura e divulguem a revista!

Paulo Agostinho Nogueira Baptista

Doutor em Ciência da Religião - UFJF

Professor e Diretor Acadêmico da PUC Minas

Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião – PUC Minas